

Quércia leva apoio de governadores à Constituinte

Brasília — Fotos de Luiz Antônio

BRASÍLIA — Os governadores garantem apoio à tese de que a Constituinte é soberana para decidir sobre o mandato do presidente José Sarney. Isso foi dito ontem pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, ao deputado Ulysses Guimarães, fortalecendo sua posição de defesa da Constituinte "soberana, intocável e imprescritível".

— A Constituinte está acima dos três Poderes e sob a guarda do Supremo Tribunal Federal, que se chama Supremo para guardar e não para estuprar a Constituição — declarou Ulysses após o encontro com o governador. Na conversa, Quércia disse endossar a tese do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para quem a questão do mandato é política, não jurídica, e o veículo para defini-la é a Constituinte.

Conversas — Quércia, que veio a pedido de Ulysses, passou apenas três horas em Brasília. "Como não podia ir a São Paulo, pedi a ele que viesse gentilmente a Brasília, já que mantivera contatos com diversos governadores, para trocarmos observações", contou Ulysses após o almoço. Almoçaram, aliás, na casa do amigo e vizinho do presidente da Constituinte, ministro da Previdência Renato Archer, que está no Rio, para conversarem mais à vontade.

Ulysses ouviu de Quércia um relato sobre as conversas que ele tivera com quase todos os governadores sobre o mandato de Sarney, especialmente com Moreira Franco, do Rio; Newton Cardoso, de Minas; e Waldir Pires, da Bahia. "Com Waldir, conversei ontem longamente", contou o governador. "A disposição de todos é estarmos atentos às definições da Constituinte e prestigiá-las". E quanto mais rápido votarmos a Constituição, teremos superado os problemas".

Tiros — "Esta coisa de troca de tiros é uma metáfora que não estou vendo", reagiu Ulysses tentando minimizar os conflitos entre o Executivo e a Constituinte. Mas garantiu que as críticas do presidente Sarney — segundo quem há grupos de radicais querendo solapar a ordem — são injustas. "Temos decidido as matérias polêmicas com a presença maciça dos constituintes pela via do consenso, o que mostra o entendimento entre os diversos setores", disse Ulysses.

Tanto o governador quanto o deputado concordaram que a resposta a ser dada a Sarney é apressar os trabalhos da Constituinte. Justamente com esse objetivo, Ulysses convocou para as 14h de amanhã uma reunião com os líderes de todos os partidos para examinarem mecanismos que acelerem a votação. A idéia é fazer votações globais — a fórmula ainda não está definida — para fugir do exame minucioso de cada dispositivo. Só os artigos e incisos somam 2.111, sem contar os pedidos de destaque. "Temos que ter uma Constituição com dois bês breve e boa", afirmou Ulysses; na opinião dele, se a Carta não tiver o respeito de todos, se tornará um papel roto.

Ulysses garante que Sarney jamais comentou com ele a possibilidade de ir ao Supremo por causa de seu mandato. "Ao contrário, sempre disse que acataria a decisão da Constituinte." De acordo com o deputado, não há inconvenientes na convocação de eleições para este ano, porque os partidos estão organizados, as convenções podem se realizar e, recentemente, se recadastrou o eleitorado. "Ficamos 20 anos sem eleições e, ao invés de ajudar, isso atrapalhou. Herdamos uma sucata — a dívida externa e o déficit público — e uma gangrena, que é a inflação que está apodrecendo o país", encerrou.

CNBB teme ingerência militar na transição

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do seu boletim informativo semanal *Notícias* criticou duramente o que considera intransigência e insubordinação das Forças Armadas à ordem constitucional e alertou para os riscos que isso representa em relação à transição democrática.

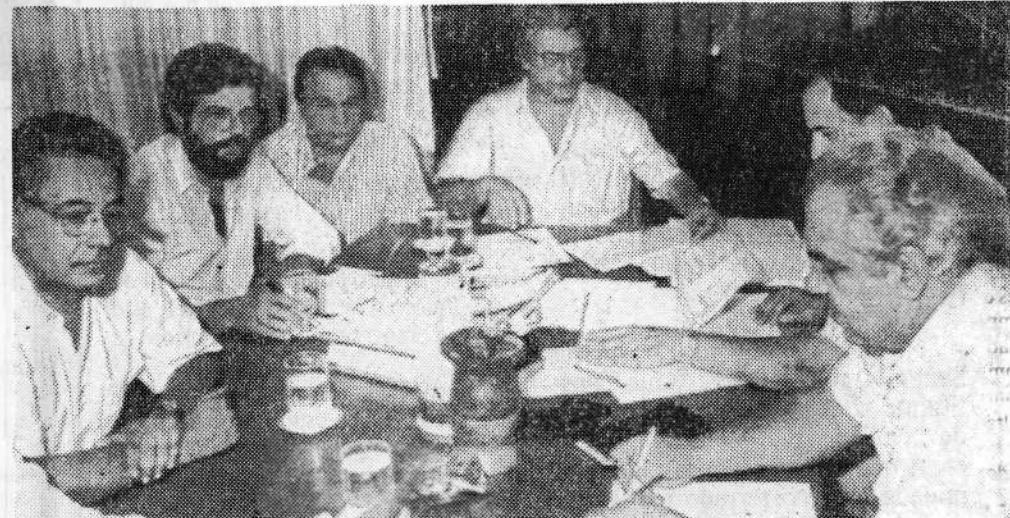
"A grave conclusão que a atual crise encaminha" — afirma o boletim — "é a de que os chefes militares e grande parte das corporações não se submetem aos desígnios da sociedade como um todo, do poder civil e da atual ou futura Constituição".

O informativo, de responsabilidade do Departamento de Jornalismo da CNBB, sustenta que entre os chefes militares e muitos oficiais existe a suposição de que se constituem "num bloco ideológico, num partido, e não numa instituição". O documento afirma que os chefes militares e grande parte das corporações "continuam a agir partidariamente, em defesa de uma corrente ideológica e política derrotada pela vontade popular".

Intransigência — Em referência ao fato de o deputado Ulysses Guimarães ter chamado de "três patetas" os integrantes da Junta Militar que outorgaram a Constituição de 1969, o boletim, sem citar nomes, critica a posição de ministros do atual governo de defender "a Junta Militar do regime autoritário", o que significaria defender "o próprio regime anterior, a ideologia de Segurança Nacional e os atos ditatoriais praticados".



Ulysses no encontro com Quércia: Constituinte está acima dos Poderes e a questão é política, não jurídica



A idéia de apressar a nova Constituição predominou na reunião de Fernando Henrique (E), Britto, Lyra, Covas, Jobim e Richa

PMDB acha fórmula da rapidez

BRASÍLIA — A liderança do PMDB, reunida ontem de manhã, encontrou uma fórmula para acelerar ainda mais os trabalhos da Constituinte: intensificar as conversas preliminares antes das sessões, para fundir o máximo de emendas e reduzir o número de votações em plenário. Com isso, o PMDB espera que a Constituição possa ser promulgada no dia 21 de abril, como deseja o deputado Ulysses Guimarães, ou, o mais tardar, em maio.

Participaram da reunião, no gabinete do senador Mário Covas, algumas das principais figuras do partido na Constituinte: os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP) e José Richa (PR) e os deputados Antônio Britto (RS), Pimenta da Veiga (MG), Nelson Jobim (RS) e Fernando Lyra (PE). No encontro, predominou a idéia de que a nova Constituição deve estar pronta o mais cedo possível. Caso contrário, a crise política, agravada depois dos duros ataques lançados pelo presidente José Sarney contra a Constituinte, poderá atingir níveis muito perigosos.

Destques — Até agora, segundo levantamento preparado pela assessoria de Covas, foram apreciados 257 destaques ao projeto de Constituição, de um total de 2 mil 277 existentes, e realizadas 121 votações. Dos destaques examinados, 169 foram votados — alguns deles fundidos numa só emenda — e 88 considerados prejudicados (ou seja, acabaram não sendo submetidos ao voto por se

referirem a matéria já decidida em outras votações).

Ná última semana, a mais produtiva da Constituinte, foram apreciados 120 destaques, quase a metade do total de um mês de trabalho. No entanto, a relação entre as matérias submetidas a voto e as retiradas ou prejudicadas permaneceu quase a mesma das semanas anteriores. Dessa forma, apesar do grande número de votações e do ritmo intenso dos trabalhos, a elaboração da nova Carta continua lenta.

Levantamento — A cúpula pemedebista decidiu, então, reforçar as negociações preliminares às sessões, para que, através do mecanismo de fusão de emendas, vários destaques sejam votados de uma vez só. Como vantagem adicional, esse sistema permitiria também aumentar o número de matérias retiradas ou prejudicadas. O objetivo é chegar à proporção de um destaque votado para quatro liquidados. Um levantamento preliminar mostrou que, no restante do capítulo dos direitos sociais, é factível atingir essa meta. Das 79 emendas ainda existentes, pode-se chegar a apenas 13 votações — um volume de trabalho que pode ser vencido em apenas um dia.

Adotado esse procedimento e mantido o atual ritmo do plenário, será possível concluir a votação em primeiro turno da nova Constituição ainda em abril.

EXCLUSIVO PARA QUEM GOSTA DE LUXO E CONFORTO: